

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANOAS – 2012**



**CARGO:
FISCAL TRIBUTÁRIO COM
TITULAÇÃO SUPERIOR**

PROVA I – PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

DATA: 17/06/2012 – TURNO: MANHÃ

INSTRUÇÕES GERAIS

Caro Candidato:

Leia com o máximo de atenção e cumpra rigorosamente as **instruções** que seguem, pois elas são parte integrante da prova e das normas que regem este Concurso Público.

Confira atentamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo.

Caso contrário, solicite aos fiscais da sala a sua substituição.

1. O caderno de provas contém **70 questões**.
2. **O tempo para a realização da prova é de 04 horas**, após a leitura destas instruções. Nesse tempo, está incluído o preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS** referente à prova objetiva.
3. O candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 1 (uma) hora do seu início.
4. O candidato só poderá levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes do seu término.
5. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras **a, b, c, d, e**, sendo apenas **1 (uma) correta quanto à formulação proposta**.
6. Com o início da prova, encerra-se o tempo para qualquer questionamento: **o entendimento das questões é parte integrante da prova**.
7. É vedado ao candidato qualquer tipo de comunicação com pessoas e consulta a livros, revistas ou anotações, bem como o uso de máquina de calcular, fones de ouvido, celular ou qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Quanto à **FOLHA DE RESPOSTAS** – parte integrante desta prova – o candidato deve
 - a) assiná-la no local indicado;
 - b) preenchê-la, **assinalando nela somente uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, hachurando-a totalmente com caneta azul ou preta de ponta grossa suficientemente pressionada**, conforme exemplo: ●
 - c) devolvê-la aos fiscais de sua sala, sem dobras e sem amassaduras, ao final da prova.
9. Serão **anuladas** as questões que apresentarem qualquer assinalação diferente da prevista na letra b do item 8, as não assinaladas ou as assinaladas em duplicidade, bem como as emendadas ou rasuradas ou com borraduras.

BOA PROVA!

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

• **LÍNGUA PORTUGUESA**

Instrução: As questões de números **01** a **10** são baseadas no texto abaixo.

Cultura de segurança

Archimedes Azevedo Raia Jr.

01 Nas últimas décadas, o país colecionou sucessos e reveses com o seu trânsito. Dentre
02 os aspectos positivos, podem-se apontar o Código de Trânsito Brasileiro, moderno e austero,
03 a municipalização do trânsito, a melhoria da segurança dos veículos, com cintos de segurança
04 (obrigatórios), *air bags* e freios ABS (opcionais), computador de bordo e uma nova
05 engenharia do veículo que o torna mais seguro. Ainda, algumas rodovias, principalmente as
06 concessionadas, oferecem um padrão de segurança e assistência ao usuário comparável
07 vias americanas e europeias, embora com um custo elevado.

08 Por outro lado, outros fatores ainda deixam muito desejar: os órgãos gestores
09 carecem de estrutura adequada e de técnicos especializados, faltam políticas de segurança, a
10 fiscalização é insuficiente, alterações no Código o tornam mais brando, a formação de
11 condutores tem grandes deficiências etc. Também é visível o crescimento extraordinário no
12 número de veículos, que fazem uso de espaços viários que não acompanham minimamente
13 aquele crescimento. As ruas, estradas e rodovias são quase as mesmas de 20 ou 30 anos atrás.

14 Apesar de tudo, o Estado incentiva efusivamente aquisição de novos veículos,
15 através de renúncia fiscal e prazos de financiamento a perder de vista. O final de 2009, para
16 muitas cidades e regiões, trouxe também a constatação de um crescimento no número e na
17 gravidade dos acidentes de trânsito, lamentavelmente. Os dados sobre os acidentes são ainda
18 muito pouco confiáveis, em nível municipal, estadual e federal, o que torna muito difícil
19 combater um "inimigo" que não se conhece com clareza.

20 Um grande especialista em segurança no trânsito, J. Pedro Correa, que implantou e
21 gerencia no país o maior e mais importante prêmio de segurança no trânsito, aponta que o
22 Brasil não possui uma cultura de segurança. Esse conceito vai além do trânsito; basta ver o
23 comportamento do brasileiro com as questões ligadas a energia elétrica, construção civil,
24 indústria, manutenção dos veículos etc. Sobram ações inseguras a todo o momento. Outro
25 exemplo clássico é o dos passageiros de uma aeronave. Quem se preocupa em ler o cartão
26 disponível no assento, sobre como proceder no caso de pane? Quem se dispõe a assistir com
27 interesse à explanação da comissária de bordo sobre os procedimentos de segurança a bordo?

28 Pude presenciar, em países europeus, vários exemplos de comportamento seguro que
29 mostram essa cultura de segurança. Certa vez, em Montet, na Suíça, vi um grupo de crianças
30 correndo pela calçada ao sair da escola. Parei e fiquei observando e registrei em minha
31 câmera. Correram até chegar ao cruzamento e pararam. Do meio deles, saiu um garoto, o
32 guia, que se colocou no centro da via a ser transposta e, com o braço estendido, segurava
33 uma placa de *pare* para deter o trânsito enquanto o grupo atravessava. Isso foi feito com
34 muita consciência e calma. Após a travessia, como qualquer criança, voltaram a correr e
35 brincar.

36 Há que se citar um caso raro no Brasil. Na capital federal é possível atravessar pela
37 faixa de pedestres com muita segurança. Isso foi conseguido através de um grande
38 movimento, participou toda a sociedade brasiliense, que exigiu a redução da
39 acidentalidade viária. Foi uma semente plantada na década de 1990 para que nascesse uma
40 cultura de segurança. A plantinha nasceu, mas ficou raquítica pela falta de rega. O Brasil

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

- 41 urge em desenvolver e em implantar com seriedade uma verdadeira cultura de segurança, e
42 toda a sociedade é responsável por isso.

(Extraído de <http://www.transitobrasil.org/artigos/doutrina/cultura-de-seguranca>. Texto revisado e adaptado para esta prova.)

01. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das linhas 07, 08, 14 e 38, respectivamente.
- a) a – à – à – que
 - b) à – a – à – no qual
 - c) às – a – a – do qual
 - d) as – a – à – de que
 - e) às – à – a – onde

02. Considere as seguintes afirmações sobre a disposição do assunto do texto.
- I – O primeiro parágrafo do texto dedica-se a apresentar os *sucessos* (linha 01) do trânsito brasileiro; o segundo parágrafo é dedicado aos *reveses* (linha 01).
 - II – O terceiro parágrafo acrescenta dados que se somam aos aspectos negativos relacionados ao trânsito no Brasil.
 - III – No quarto parágrafo, é apresentado o conceito de cultura de segurança, conceito esse que – segundo o autor – falta no Brasil não apenas no trânsito, mas em vários outros aspectos.
 - IV – No quinto parágrafo, o autor dá um depoimento a fim de exemplificar o conceito que empresta nome ao texto e é retomado na conclusão.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a I, a II e a III.
- d) Apenas a II, a III e a IV.
- e) A I, a II, a III e a IV.

03. Leia o fragmento abaixo, extraído do texto.
... o Brasil não possui uma cultura de segurança. Este conceito vai além do trânsito ... (linhas 21 e 22)

Sobre o fragmento acima, são feitas as seguintes considerações. Analise-as.

- I – Trata-se do argumento principal do texto.
- II – O autor defende que o desenvolvimento de uma cultura de segurança é responsabilidade de toda a sociedade brasileira.
- III – Segundo o autor, a capital federal é um caso raro no Brasil, pois é o único lugar do país, afirma ele, onde nasceu e desenvolveu-se uma cultura de segurança.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a III.
- c) Apenas a I e a II.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

04. Considerando o contexto em que se encontram, os vocábulos *austero* (linha 02) e *efusivamente* (linha 14) só **NÃO** poderiam ser substituídos, respectivamente, por
- rígido e veementemente.
 - severo e energicamente.
 - antiquado e cordialmente.
 - rigoroso e entusiasticamente.
 - exigente e vigorosamente.
-
05. Assinale a alternativa em que há um fragmento do texto que apresenta sentido conotativo.
- As ruas, estradas e rodovias são quase as mesmas de 20 ou 30 anos atrás.* (linha 13)
 - Outro exemplo clássico é o dos passageiros de uma aeronave.* (linhas 24 e 25)
 - Parei e fiquei observando e registrei em minha câmera.* (linhas 30 e 31)
 - Na capital federal é possível atravessar pela faixa de pedestres com muita segurança.* (linhas 36 e 37)
 - A plantinha nasceu, mas ficou raquítica pela falta de rega.* (linha 40)
-
06. Os conectores *embora* (linha 07) e *Por outro lado* (linha 08) podem ser substituídos, respectivamente, sem nenhum prejuízo para o texto, por qualquer das sugestões a seguir, **EXCETO** por
- ainda que – Entretanto.
 - posto que – Portanto.
 - mesmo que – Contudo.
 - apesar de que – No entanto.
 - se bem que – Todavia.
-
07. Nas alternativas a seguir, qual dos fragmentos **NÃO** desempenha a mesma função sintática que os demais?
- em países europeus* (linha 28)
 - na Suíça* (linha 29)
 - o guia* (linhas 31 e 32)
 - com o braço estendido* (linha 32)
 - como qualquer criança* (linha 34)
-
08. O vocábulo *clareza* (linha 19) é grafado com **z**; *explanação* (linha 27) é grafado com **x**; já *reveses* (linha 01) é grafado com **s**.
Todas as alternativas a seguir apresentam vocábulos corretamente grafados com relação ao emprego das letras **z**, **x** e **s** respectivamente, **EXCETO** a alternativa
- rugozidade – explêndido – vasamento
 - destreza – exterior – atrasado
 - suavizar – expansão – tesouro
 - rispidez – extemporâneo – paralisar
 - sutileza – expoente – baboseira

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

09. Considere as seguintes afirmações sobre elementos de referência no texto.
- I – o que (linha 18) refere-se ao fato de os dados sobre acidentes serem ainda pouco confiáveis (linhas 17 e 18).
 - II – que (linha 28) remete a exemplos (linha 28).
 - III – Isso (linha 33) remete a travessia (linha 34).
 - IV – isso (linha 42) remete a desenvolver e implantar uma verdadeira cultura de segurança (linha 41).

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a II e a III.
- c) Apenas a I, a II e a IV.
- d) Apenas a II, a III e a IV.
- e) A I, a II, a III e a IV.

-
10. Assinale com **V** (verdadeira) ou **F** (falsa) as seguintes afirmações sobre casos de pontuação empregada no texto.
- () Na linha 08, os dois-pontos foram empregados porque introduzem uma enumeração.
 - () Na linha 13, a vírgula separa termos de mesma função sintática.
 - () Na linha 14, a primeira vírgula separa um termo deslocado.
 - () Nas linhas 15 e 16, as vírgulas separam uma oração adverbial final.
 - () Na linha 22, o ponto e vírgula foi empregado para separar duas orações coordenadas.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo.

- a) V – V – V – V – V.
- b) V – V – V – F – V.
- c) V – V – F – F – F.
- d) F – F – V – V – F.
- e) F – F – F – V – V.

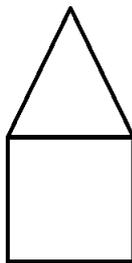
CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

• **RACIOCÍNIO LÓGICO, ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA**

11. Um funcionário público fez uma aplicação a juros simples, com taxa nominal de 12% ao trimestre. Após um período de 12 meses, ele obteve um rendimento de R\$ 3.600,00. O capital que foi inicialmente aplicado corresponde a
- a) R\$ 1.500,00.
 - b) R\$ 3.000,00.
 - c) R\$ 7.500,00.
 - d) R\$ 15.000,00.
 - e) R\$ 30.000,00.
-
12. Um eletrodoméstico custa R\$ 1.000,00 para pagamento a vista em uma loja de varejo. Como não possuía essa quantia, um comprador decidiu parcelar o valor do produto, nas seguintes condições: 40% de entrada e mais uma parcela única para 60 dias, com capitalização mensal. Sabendo-se que essa parcela foi de R\$ 864,00, qual é a taxa de juros compostos mensal do parcelamento?
- a) 4% a.m.
 - b) 14% a.m.
 - c) 20% a.m.
 - d) 22% a.m.
 - e) 25% a.m.
-
13. Para um concurso público, inscreveram-se 750 candidatos. Se 0,06 corresponde à razão entre o número de vagas e o número de candidatos, o número de vagas para esse concurso é de
- a) 45.
 - b) 65.
 - c) 75.
 - d) 105.
 - e) 125.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

14. Um pentágono é formado pela justaposição de um triângulo isósceles e de um quadrado, conforme a figura a abaixo.



Sabendo-se que o perímetro desse triângulo mede 32 m, que a sua base e o lado do quadrado têm a mesma dimensão e que a diagonal do quadrado mede $8\sqrt{2}$ m, qual é a medida da área desse pentágono?

- a) $16 + \sqrt{2}$ m²
 - b) $32 + \sqrt{2}$ m²
 - c) $16(2 + \sqrt{2})$ m²
 - d) $32(2 + \sqrt{2})$ m²
 - e) $56(2 + \sqrt{2})$ m²
15. Analise os dados que constam na tabela de frequência abaixo (idade, em anos, em um grupo de dez funcionários).

Idade (em anos)	Frequência Absoluta
27	4
28	3
29	1
30	2

A partir dos dados da tabela, é correto afirmar que a moda (Mo) e a média aritmética (MA) são, respectivamente, iguais à

- a) 27 e 28,1.
- b) 27 e 28,5.
- c) 28 e 30.
- d) 29 e 28,5.
- e) 30 e 30.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

16. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos salários de uma empresa. Analise-a.

Salário (R\$)	Número de Funcionários
1.500,00	12
1.650,00	11
2.000,00	10
3.500,00	12
5.800,00	06
Total	51

Com base na análise dos dados de tabela, é correto concluir que a mediana dos salários dessa empresa é

- a) R\$ 1.650,00.
- b) R\$ 2.000,00.
- c) R\$ 2.890,00.
- d) R\$ 3.500,00.
- e) R\$ 5.800,00.

17. Supondo-se que 680 candidatos estejam concorrendo a uma vaga para Fiscal Tributário para a Prefeitura de Canoas (RS), que 60% desses candidatos morem no Rio Grande do Sul e que 1/4 destes sejam moradores de Canoas (RS), qual é a probabilidade de, ao se escolher, aleatoriamente um desses candidatos, ele ser morador de Canoas ou não ser morador do Rio Grande do Sul?

- a) 0,55 ou 55%.
- b) 0,65 ou 65%.
- c) 0,70 ou 70%.
- d) 0,75 ou 75%.
- e) 0,85 ou 85%.

18. Dividindo-se o número 380 em partes inversamente proporcionais a 4, 6 e 9, obteremos, respectivamente, as seguintes partes:

- a) 60, 110 e 210.
- b) 80, 90 e 210.
- c) 85, 115 e 180.
- d) 150, 130 e 100.
- e) 180, 120 e 80.

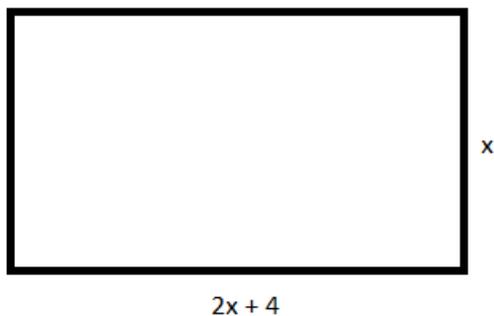
CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

19. Um funcionário da iniciativa privada gastava 30% do seu ordenado para o pagamento da prestação de seu veículo. Após passar em um concurso público, seu salário diminuiu em 10% e o valor da prestação do veículo aumentou em 20%.

Nessas novas condições, a percentagem do salário gasta por esse funcionário público para o pagamento da prestação é de

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

20. Analise as afirmações a seguir, relativas ao retângulo representado abaixo cujo perímetro mede 158 cm.



- I – A área desse retângulo é igual a $13,50 \text{ m}^2$.
- II – A área desse retângulo é menor do que 1 m^2 .
- III – O lado menor desse retângulo mede 50 cm.

Quais são verdadeiras?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a III.
- e) Apenas a II e a III.

• **INFORMÁTICA**

21. No Power Point, ao digitar no modo Tópicos com o cursor posicionado no título do *slide*, qual será o efeito ao pressionar a tecla ENTER?
- a) Cria um parágrafo no corpo de texto.
 - b) Cria um *slide*.
 - c) Cria uma caixa de texto.
 - d) Rebaixa um nível de parágrafo.
 - e) Cria um arquivo.

-
22. "Possibilita retornar um valor de uma faixa de células digitada na planilha, com base em um valor (item) também digitado em uma célula da planilha. O item é procurado na tabela no sentido vertical, de cima para baixo. Quando for encontrado, o ponteiro de procura desloca uma quantidade de células para a direita e, então, o valor é retornado ao local em que foi digitada a função."

No Microsoft Excel, qual das seguintes funções corresponde à descrição acima?

- a) DESLOC
- b) PROCH
- c) MEDIA
- d) PROCV
- e) SOMA

-
23. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando o tipo de vírus ou programa indesejado ao seu efeito.

- | | |
|--------------|--|
| (1) Adware | () Programa comercial que exibe anúncios publicitários no seu computador como pop-ups, banners injetados em sites da Web e, também, links publicitários no conteúdo da página. |
| (2) Rootkit | |
| (3) Dialer | |
| (4) Spyware | () Discador mal-intencionado que força o computador a discar um número para conectar-se a um outro lugar, sendo parte do custo da ligação uma taxa de serviço que é cobrada e recebida pelo dono do número. |
| (5) Hijacker | () Programa espião que monitora informações do computador, as quais podem ser utilizadas para uso comercial, como, por exemplo, a monitoração das informações da navegação do usuário. |
| | () Tipo de vírus que modifica a página inicial do navegador e, muitas vezes, também redireciona toda página visitada para outra página escolhida pelo programador do vírus. |

A ordem correta dos números da segunda coluna, de cima para baixo, é

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 1 – 3 – 4 – 5.
- c) 2 – 1 – 4 – 5.
- d) 2 – 3 – 4 – 5.
- e) 5 – 2 – 1 – 3.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

24. No Microsoft Word, ao se selecionar um texto e pressionar as teclas SHIFT + F3, qual efeito resultará?
- a) Procurar o texto selecionado.
 - b) Chamar a janela Criar Novo Bloco de Construção.
 - c) Apagar o texto selecionado.
 - d) Inverter a ordem do texto selecionado.
 - e) Alternar entre letras MAIÚSCULAS e minúsculas.
-
25. No Windows 7, dentre os itens abaixo, a qual deles os usuários do Grupo Convidado **NÃO** têm permissão?
- a) Abrir arquivos compartilhados no computador.
 - b) Executar programas existentes.
 - c) Salvar arquivos criados pelo usuário padrão.
 - d) Excluir arquivos criados pelo usuário padrão.
 - e) Instalar programas.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

• **CONTABILIDADE GERAL, AUDITORIA E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

26. Relacione as colunas, associando as contas com a respectiva natureza contábil.

- | | | |
|--------------|-----|------------------------|
| (1) Devedora | () | Capital a Integralizar |
| (2) Credora | () | Exaustão |
| | () | Prejuízo |
| | () | Depreciação |
| | () | Débito de Tesouraria |
| | () | Duplicatas Descontadas |

A ordem correta dos números da segunda coluna, de cima para baixo, é

- a) 1 – 1 – 1 – 2 – 2 – 2.
- b) 1 – 2 – 1 – 2 – 1 – 2.
- c) 1 – 2 – 1 – 2 – 2 – 1.
- d) 2 – 1 – 1 – 2 – 1 – 2.
- e) 2 – 1 – 2 – 1 – 2 – 1.

27. A Empresa Ibicuí pagou R\$ 15.000,00 relativos a prêmio de seguro com vigência para o período de 01-08-2010 a 30-07-2011. O pagamento integral foi efetivado em 01-07-2010, e o Balanço Patrimonial apurado do acordo com a Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07, foi em 31-12-2010.

Os valores a serem apropriados como Despesa de Seguros, em 2010, e Despesa do Exercício Seguinte, de 2011, são, respectivamente,

- a) R\$ 5.850,00 e R\$ 9.850,00.
- b) R\$ 6.250,00 e R\$ 8.750,00.
- c) R\$ 8.075,00 e R\$ 6.925,00.
- d) R\$ 8.500,00 e R\$ 6.500,00.
- e) R\$ 8.505,00 e R\$ 6.495,00.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

Instrução: Para responder às questões de números **28** e **29**, considere os dados descritos a seguir e as transações ocorridas.

Dados extraídos de uma empresa (em R\$ 1,00), cujo Balancete, em 30-11-2011, apresentava os seguintes saldos:

Caixa: 378.500; Banco Conta Movimento: 576.800; Depósito Judicial Trabalhista: 55.000; Fornecedores: 267.000; Clientes: 318.700; Terrenos: 160.158; Veículos: 460.000; Depreciação Acumulada: 16.450; Duplicatas a Pagar no Curto prazo: 65.000; Títulos a Pagar em 36 meses: 60.000; Seguros a apropriar: 2.500; Estoques: 74.000, Capital Social: 1.617.208.

Durante dezembro de 2011, ocorreram as seguintes transações:

Em R\$ mil

Data	Histórico	R\$
03-12-2011	Pagamento pelo caixa de seis linhas telefônicas da empresa.	6.800
07-12-2011	Recebimento de clientes via caixa.	118.500
09-12-2011	Pagamento de despesas de Conservação de Veículos (cheque nº 00145 – Banco da Divisa S.A).	37.250
12-12-2011	Pagamento de despesas de Energia Elétrica (cheque nº 00146 – Banco da Divisa S.A).	1.250
15-12-2011	Compra de Terreno, com pagamentos nas seguintes condições: 60% a prazo e 40% a vista, mediante cheque nº 00147 - Banco da Divisa S.A.	140.000
16-12-2011	Receita de Serviços Prestados, mediante depósito no Banco da Divisa S.A., conciliado pela Tesouraria por meio do aviso de crédito bancário.	285.000

28. Após a elaboração do Balanço Patrimonial, pode-se concluir que o total do Ativo Circulante e o total do Ativo não Circulante serão, respectivamente,
- a) 777.640 e 402.495.
 - b) 1.534.000 e 798.700
 - c) 1.534.200 e 798.708.
 - d) 1.856.908 e 402.945.
 - e) 2.223.908 e 1.534.200.
-
29. O total da conta Banco e o total do Passivo Exigível são, respectivamente,
- a) 766.640 e 476.000.
 - b) 766.250 e 486.000.
 - c) 767.300 e 476.000.
 - d) 787.300 e 476.500.
 - e) 867.640 e 476.000.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

30. O total do valor dos capitais de terceiros, o Ativo Realizável a Longo Prazo e o Capital Social são, respectivamente,
- a) 1.404.578, 777.640 e 1.380.908.
 - b) 476.000, 55.000 e 1.856.908.
 - c) 476.000, 55.000 e 1.617.208.
 - d) 466.000, 798.708 e 1.617.000.
 - e) 466.000, 55.000 e 760.158.

31. Em 01-03-2011, o estoque de mercadorias de uma Empresa é zero. Ao longo do exercício 2011, ocorreram os seguintes fatos:
- 1– Em 07-03-2011 - Compra de 100 unidades de mercadorias para revenda por R\$ 10,00 cada unidade.
 - 2– Em 09-03-2011 - Compra de 220 unidades de mercadorias para revenda por R\$ 12,00 cada unidade.
 - 3– Em 10-03-2011 - Venda de 80 unidades de mercadorias.
 - 4– Em 12-03-2011 - Venda de 190 unidades de mercadorias.
 - 5– Em 17-03-2011 - Compra de 50 unidades de mercadorias para revenda por R\$ 16,00 cada unidade.

Informações adicionais:

- efetue o controle de avaliação dos estoques considerando que os tributos recuperáveis já foram excluídos dos referidos valores.
- considere que o critério de avaliação dos estoques é o PEPS (o Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai) – inventário permanente.

A quantidade que ficou no estoque e o custo da mercadoria vendida são, respectivamente,

- a) 100 e R\$ 3.040,00.
- b) 170 e R\$ 3.040,00.
- c) 220 e R\$ 2.840,00.
- d) 240 e R\$ 3.040,00.
- e) 320 e R\$ 3.050,00.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

32. Considerando o artigo 183 da Lei nº 6.404/76, atualizado pela Lei nº 1.168/07, que trata dos Critérios de Avaliação do Ativo, analise as assertivas abaixo.
- I – As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, serão avaliadas pelo valor de custo de aquisição ou pelo valor de emissão, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
 - II – Nos direitos classificados no intangível, o critério de avaliação é pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
 - III – Os critérios de avaliação dos elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados ao valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
 - IV – Os direitos classificados no Ativo não Circulante Imobilizado serão ajustados ao valor presente, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III e a IV.
- e) A I, a II, a III e a IV.

-
33. Auditoria é o exame das operações, das atividades e dos sistemas de determinada entidade, com vistas a verificar se eles são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas; por conta disso, os Auditores escolhem áreas a serem examinadas e evidências a serem investigadas dentre aquelas de maior relevância.

Referentemente ao risco de auditoria, analise as assertivas a seguir.

- I – Para reduzir os inconvenientes efeitos do subjetivismo, o Auditor pode adotar um mecanismo que permita selecionar as prioridades de auditoria de acordo com a criticidade de seus riscos, sejam eles gerais, envolvendo todo o ambiente de controle, ou específicos, por grupo de contas do balanço, saldos ou volume de transação. Esse mecanismo é chamado de Matriz de Risco.
- II – Os riscos de auditoria podem ser tipificados em três amplas categorias: Risco Inerente, Risco de Controle e Risco de Detecção.
- III – O Risco de Detecção pode ser definido como a susceptibilidade de ocorrências de erros ou irregularidades relevantes antes de se conhecer a eficácia dos sistemas de controle. Isso ocorre, por exemplo, quando uma empresa centraliza seus créditos em poucos clientes ou entidades governamentais na realização de seus ativos, ou quando os produtos estão sendo vendidos pela empresa auditada e, sujeitos a alterações significativas de preço.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a III.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a I e a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

34. Dentre as alternativas abaixo, apenas uma apresenta, corretamente, Normas relativas à pessoa do Auditor. Assinale-a.
- a) Soberania, parcialidade, conhecimento técnico e capacidade profissional, independência e subjetividade.
 - b) Capacidade profissional, objetividade, soberania, imparcialidade, conhecimento teórico e dependência.
 - c) Conhecimento técnico e capacidade profissional, soberania, imparcialidade, independência técnica e objetividade.
 - d) Independência, soberania, imparcialidade, objetividade e conhecimento técnico e capacidade profissional.
 - e) Soberania, independência, capacidade técnica, imparcialidade, objetividade e conhecimento teórico.

-
35. Em relação a **fraudes** e **erros**, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.
- () Caso ocorram fraudes e erros, detectados em auditoria *in loco*, o Auditor tem a obrigação de comunicar tal fato à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando, no seu parecer, os possíveis efeitos se elas não forem adotadas.
 - () Caso se descubra posteriormente que, durante o período coberto pelo parecer do Auditor, existiu uma distorção relevante, que não foi refletida nem corrigida nas demonstrações contábeis, resultante de fraude e/ou erro, este fato indica, cabalmente, que o Auditor não cumpriu as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.
 - () Fraude refere-se a ato não intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, podendo o Auditor ser responsabilizado, pela direção da entidade auditada, por não informar fraudes ou erros.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – F – F.
- c) F – V – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

36. Considere as afirmações abaixo, a respeito de Tipos de Parecer, conforme as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.
- I – Uma limitação na extensão do trabalho conduz aos pareceres com Ressalva ou com Abstenção de Opinião.
 - II – Quando houver incerteza em relação a fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira de uma entidade, bem como o resultado de suas operações, o Auditor deve adicionar um parágrafo de ênfase em seu parecer, após o parágrafo de opinião.
 - III – O Auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve conservar toda a documentação, ou seja, os papéis de trabalho relacionados com os serviços da auditoria, por cinco anos, a partir da data de finalização da auditoria.
 - IV – No parecer com abstenção de opinião, torna-se obrigatória a emissão da Carta de Recomendações, identificando as falhas que evidenciem as políticas e os procedimentos de qualidade que não estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais, editadas pelo CFC, e, quando aplicável, com as normas emitidas por órgãos reguladores.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III e a IV.
- e) A I, a II, a III e a IV.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

Instrução: Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como receita corrente líquida o somatório das receitas, conforme estabelece o artigo 2º, inciso IV.

Analise as questões de números **37** a **39**, utilizando a tabela abaixo, onde estão apresentadas as previsões e as execuções da receita do Exercício Social de 2011, de um Executivo Municipal.

Previsão e Execução da Receita do Executivo Municipal – em R\$ 1,00.

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	EXECUTADO
Arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (art. 156, I-CF/88).	97.500	230.000
Arrecadação da transmissão <i>inter vivos</i> , com avaliações de bens imóveis (art. 156, II, CF/88).	260.000	280.000
Arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias, fundações e sociedades de economia mista que instituam e mantiverem (art. 158, I, CF/88).	172.500	165.000
Arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA licenciados em seus territórios (art. 158, III, CF/88).	168.000	180.000
Participação na Arrecadação do ICMS (art. 158, IV-CF/88).	345.000	350.000
Arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem (art. 158, I-CF/88).	125.000	100.000
Arrecadação da Dívida Ativa de Impostos Municipais (art. 39, § 1º, Lei nº 4.320/64).	67.000	46.500
Arrecadação referente a juros e correção da Dívida Ativa de Impostos Municipais (art. 39, § 1º, Lei nº 4.320/64).	20.000	21.000
Operação de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária para atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro (art. 38, LRF/2000).	126.000	116.000
Alienação de bens autorizada pelo Poder Legislativo Municipal.	97.500	100.000
Receita de Serviço	254.000	124.000
Receita Patrimonial	260.000	280.000
TOTAL	1.992.500	1.992.500

Informação adicional:

O repasse para o fundo municipal de contribuição de servidores (RPPS) foi de 456.510.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

37. Com base na tabela, na Lei nº 4.320/64, na Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 (LRF/2000) e na Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/88), analise as assertivas a seguir.
- I – O valor da Receita Corrente Líquida, para o exercício de 2011, conforme estabelece a LRF/2000, foi de 1.319.990, de acordo com dados extraídos da tabela.
 - II – O duodécimo é o repasse de verbas do Poder Executivo ao Poder Legislativo, cujo objetivo é manter a estrutura administrativa do Poder Fiscalizador. Nesse sentido, o percentual de repasse desse Poder é de 6%, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal 2000. O valor repassado ao Poder Legislativo foi de 72.540, conforme dados extraídos da tabela.
 - III – Os Tribunais de Contas devem alertar os Poderes quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassar limites permitidos no artigo 59, § 1º, II, da LRF. No caso do Município em pauta, será expedido alerta quando ultrapassar o valor de 783.189, conforme cálculo extraído da tabela.
 - IV – O artigo 29-A, da Constituição Federal de 1988, estabelece um teto para o total das despesas com o Poder Legislativo, incluindo o subsídio dos vereadores. O percentual para o Legislativo do Município em pauta é de 6% (art. 29-A, II, CF/88). No exercício de 2011, o teto com o total das despesas com o Poder Legislativo ficou em 71.190, conforme dados extraídos da tabela.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III e a IV.
- e) Apenas a I, a III e a IV.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

38. Crédito Orçamentário consiste na autorização dada pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, mediante dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual. O Executivo Municipal quer lançar um Programa de Governo e, para isso, pretende solicitar abertura de crédito especial junto ao Poder Legislativo Municipal, conforme prevê o artigo 41, II, da Lei nº 4.320/64. A Constituição Federal de 1988 veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos “recursos correspondentes.”

Com base na tabela, na Lei nº 4.320/64 e na Constituição Federal brasileira de 1988, analise as assertivas abaixo.

- I – O artigo 43 da Lei nº 4.320/64 estabelece que a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa, desde que não comprometidos, os provenientes de excesso de arrecadação. Baseado nas informações da tabela, o excesso de arrecadação – diferença entre o Previsto e o Executado – conforme estabelece o referido artigo, § 1º, II, da referida lei, foi ZERO.
- II – Os Créditos Adicionais Extraordinários, de acordo com o artigo 41, III, da Lei nº 4.320/64, destinam-se ao atendimento de despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- III – Os créditos suplementares e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos três meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (art. 167, § 2º, CF/88).
- IV – Os Créditos Adicionais Extraordinários destinam-se ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna e calamidade pública (art. 167, § 3º, CF/88).

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a IV.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a II e a IV.
- e) Apenas a III e a IV.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

39. As Operações de Crédito são compromissos financeiros, como a aquisição de bens por financiamento, a abertura de crédito e a emissão de títulos.

Com base na tabela, na Lei nº 4.320/64 e na Constituição Federal brasileira de 1988, analise as seguintes assertivas.

- I – O Senado Federal fixa limite de endividamento para Operações de Créditos Internas e Externas, sendo o limite da Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) de 80.849,30, conforme dados extraídos da tabela.
- II – O limite para endividamento nos municípios, conforme índices estabelecidos na LRF/2000 e na Resolução nº 40/2001/SF, artigo 3º, é de 1.285.988.
- III – Dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado com duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses (art. 29, I, LRF/2000).
- IV – Integram também a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, independentemente de constarem no orçamento (art. 29, § 3º, LRF/2000).

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III e a IV.
- e) Apenas a I, a II e a IV.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

40. No que tange às transferências constitucionais referentes aos Fundos de Participação regradados no artigo 159 da Constituição Federal brasileira de 1988, afirma-se que a União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 48% (quarenta e oito por cento) na seguinte forma:
- a) Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Distrito Federal **21,50**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **22,50%**; Programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste **3%**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, **1%**.
 - b) Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Distrito Federal **21,50**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **22,50%**; Programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste **2%**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, **2%**.
 - c) Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Distrito Federal **22,50**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **21,50%**; Programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste **3%**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, **1%**.
 - d) Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Distrito Federal **21,05**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **22,05%**; Programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste **2,4%**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, **2,5%**.
 - e) Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Distrito Federal **21,50**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **22,50%**; Programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste **1%**; Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano, **3%**.

• **DIREITO CIVIL, DIREITO PENAL E DIREITO EMPRESARIAL**

41. O Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) disciplina a Personalidade e a Capacidade, no Livro I (Das Pessoas), Título I (Das Pessoas Naturais).
A respeito de tal temática, é correto afirmar que
- a) os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - b) a pessoa pode ser submetida, em determinados casos, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, mesmo com risco de vida.
 - c) o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - d) a vida privada da pessoa natural é inviolável, não podendo o juiz, ainda que a requerimento do interessado, adotar as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.
 - e) o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público quando não houver intenção difamatória.
-
42. Com relação à divisão e às espécies dos bens, é correto afirmar que
- a) os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno são públicos; todos os outros são particulares, dependendo, porém, da pessoa a quem pertencerem.
 - b) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
 - c) os bens públicos podem submeter-se a usucapião, em casos determinados por lei.
 - d) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial podem ser alienados, na hipótese de atendimento de necessidades sociais.
 - e) o uso comum dos bens públicos pode ser apenas gratuito.
-
43. A respeito dos defeitos do negócio jurídico, assinale a afirmativa correta.
- a) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
 - b) O falso motivo sempre eiva de vício a declaração de vontade.
 - c) O erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.
 - d) Se ambas as partes procederem com dolo, apenas poderá alegá-lo aquela que sofrer prejuízo.
 - e) Na apreciação da coação, não serão levados em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde e o temperamento do paciente.
-
44. De acordo com o artigo 189 do Código Civil de 2002, “violado o direito, nasce a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os artigos 205 e 206”.
Sobre a prescrição, é correto afirmar que
- a) iniciado o prazo prescricional contra uma pessoa, este não continua a correr contra o seu sucessor.
 - b) prescreve em 2 (dois) anos a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo.
 - c) prescreve em 3 (três) anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
 - d) prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
 - e) pode ser alegada a prescrição em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

45. No que tange aos contratos em geral, é correto afirmar que
- a) a liberdade de contratar não sofre limitações.
 - b) os contratantes só são obrigados a guardar os princípios de probidade e boa-fé na conclusão do contrato.
 - c) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.
 - d) é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais do Código Civil de 2002.
 - e) não há regra no Código Civil de 2002 que proteja o aderente no caso de cláusulas ambíguas ou contraditórias no contrato de adesão.

-
46. Considere as seguintes causas de aumento de pena de crimes contra a ordem tributária, previstas na Lei nº 8.137/90.
- I – Ocasionar grave dano à coletividade.
 - II – Ser o crime cometido por servidor público, ainda que fora do exercício de suas funções.
 - III – Ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.

Quais das condutas acima podem majorar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas na referida lei?

- a) Apenas a II.
- b) Apenas a III.
- c) Apenas a I e a II.
- d) Apenas a I e a III.
- e) A I, a II e a III.

-
47. Atribua **V** às afirmativas verdadeiras e **F** às falsas, considerando os termos da Lei nº 8.137/90.
- () A ação penal em relação aos crimes que tipifica é pública incondicionada.
 - () Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes contra a ordem tributária, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
 - () Nos crimes cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que, mediante confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama fará jus à delação premiada, ficando isento de pena.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – F.
- d) F – F – V.
- e) F – F – F.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

48. À luz da Lei nº 4.898/65, que pune o abuso de autoridade, assinale a proposição correta.
- a) Em se tratando de abuso cometido por autoridade pública, poderá ser aplicada a pena de não poder o acusado exercer função pública, de qualquer natureza, no município da culpa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
 - b) O crime de abuso de autoridade é de ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal.
 - c) A competência para processar e julgar o crime de abuso de autoridade cometido por policial militar é da Justiça Militar.
 - d) Os crimes previstos no artigo 3º são crimes de atentado e, por isso, não admitem a punição por tentativa.
 - e) É imprescindível a providência disposta no artigo 514 do CPP, que prevê a defesa preliminar do acusado, no processo que visa à persecução criminal por abuso de autoridade, sob pena de nulidade absoluta da ação penal.
-
49. Assinale a proposição correta quanto aos crimes contra a administração da justiça.
- a) O réu que, em processo judicial, fizer afirmação falsa comete o crime de falso testemunho.
 - b) A testemunha compromissada que, em inquérito policial, fizer afirmação falsa não incide no crime de falso testemunho, por se tratar o inquérito policial de procedimento administrativo.
 - c) Será extinta a punibilidade do crime de falso testemunho se o seu agente, antes da prolação da sentença no processo em que ocorreu o crime, retratar-se ou declarar a verdade.
 - d) O agente que efetua o pagamento, para que a testemunha faça afirmação falsa em depoimento judicial, comete o crime de fraude processual.
 - e) O crime de falso testemunho, por ser crime próprio, ocorre somente no âmbito de processo judicial, civil ou penal, mas não no âmbito de processo administrativo ou juízo arbitral.
-
50. Assinale a proposição correta quanto aos crimes contra a administração pública.
- a) Comete o crime de denunciação caluniosa aquele que imputa falsamente a alguém um fato definido na lei como crime.
 - b) Constitui crime de tráfico de influência o fato de o funcionário público retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
 - c) Pratica o crime de tergiversação o advogado que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.
 - d) O crime de corrupção passiva ocorre quando o funcionário público exige dinheiro ou qualquer vantagem indevida para realizar, retardar ou omitir ato de ofício.
 - e) O crime de concussão consuma-se quando o agente oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público para induzi-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

51. Três são os critérios previstos para classificar as sociedades empresárias. Assinale a assertiva correta no que diz respeito a um desses critérios, a responsabilidade dos sócios.
- a) Na sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
 - b) Na sociedade limitada, o limite da responsabilidade dos sócios é o montante que falta para a integralização do capital social.
 - c) Aos sócios de uma sociedade limitada, não é conferido o benefício de ordem.
 - d) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações sociais graças ao benefício de ordem.
 - e) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
-
52. O ordenamento jurídico pátrio divide as sociedades em dois grupos: sociedades personificadas e sociedades não personificadas. A respeito dessas sociedades, é correto afirmar que
- a) o critério para a definição da nacionalidade de uma pessoa jurídica é baseado na origem do capital e na nacionalidade dos sócios.
 - b) a Constituição Federal brasileira consagrou o regime capitalista, estabelecendo os primados da livre iniciativa; portanto, a legislação ordinária dispensa a autorização governamental para atividades relacionadas à saúde e à educação.
 - c) a sociedade que tem por objeto social a exploração de uma atividade econômica civil, devidamente registrada no Registro Público de Empresas, é considerada empresária.
 - d) a sociedade em comum nasce da assinatura do ato constitutivo e perdura até o deferimento de seu registro.
 - e) a autorização para o funcionamento da sociedade estrangeira será perpétua na falta de prazo estipulado em lei ou em ato do poder público.
-
53. Na sociedade limitada, o capital social divide-se em quotas, cabendo uma ou várias a cada sócio. Quanto à dissolução da sociedade limitada, é **INCORRETO** afirmar que
- a) a falta de pluralidade dos sócios não reconstituída no prazo de 180 dias dissolve a sociedade.
 - b) a sociedade transforma-se automaticamente em firma individual se todas as quotas forem adquiridas por um único sócio.
 - c) a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado, determina a sua dissolução.
 - d) a sociedade pode ser dissolvida judicialmente a requerimento de qualquer dos sócios.
 - e) a sociedade pode ser dissolvida judicialmente quando verificada sua inexistência.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

54. À luz da Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, a ação é um valor mobiliário emitido pela companhia, representando parcela do capital social e conferindo ao titular o *status* de sócio. Examine as assertivas abaixo, tendo em vista os critérios de classificação das ações e assinale a correta.
- a) A ação preferencial, como o próprio nome indica, confere a todos os titulares uma série de vantagens em relação aos titulares de ações ordinárias, como, por exemplo, o direito de voto sem exceção.
 - b) Ações ordinárias são as que conferem direitos comuns e, portanto, o acionista pode ser estrangeiro.
 - c) As ações escriturais não possuem certificado; a propriedade é comprovada pela mera exibição do extrato de conta de depósito das ações.
 - d) Para transferência da ação nominativa, não há necessidade de formalidades, ela se desloca do patrimônio do acionista-vendedor para o do acionista comprador.
 - e) A ação é indivisível em relação à companhia, porém, pertencendo a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos podem ser exercidos por qualquer um dos proprietários.
-
55. Tendo em vista a disciplina legal a respeito da recuperação judicial, da extrajudicial e da falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a assertiva correta.
- a) São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte tanto numa quanto na outra.
 - b) Para convocar a recuperação judicial em falência, o juiz não levará em conta a deliberação da assembleia geral de credores, somente reputará o descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.
 - c) Decretada a falência, o devedor será citado para pagar a dívida e contestá-la no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - d) Para embasar o pedido de falência, a obrigação deve ser líquida, materializada em título executivo protestado cuja soma ultrapasse 40 (quarenta) salários mínimos.
 - e) Serão considerados créditos extraconcursais e pagos com precedência os decorrentes de acidentes de trabalho.

• **DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO**

56. O atendimento aos direitos sociais – também chamados direitos de promoção ou direitos prestacionais, direitos cuja implementação visa à redução das desigualdades sociais e à garantia de dignidade aos tidos como hipossuficientes – exige prestações positivas do Estado. As ações pelas quais se busca dar efetividade aos direitos sociais constituem sede de graves discussões que, embora repletas de elementos filosóficos e sociológicos, se travam na esfera jurídica.

Considere as afirmações abaixo sobre conceito, expressão, princípio ou postulado utilizado na discussão acerca da efetivação dos direitos sociais.

- I – Os que são contrários à sindicabilidade, pelo Poder Judiciário, do atendimento aos direitos sociais argumentam que a interferência judicial, apontando quais demandas devem ser priorizadas, é antidemocrática e incompatível com o princípio da separação dos poderes.
- II – Considerando que as diretrizes e os programas de ação fixados em uma Constituição rígida não são meros conselhos ou exortações morais ao legislador, negar ao Judiciário a sindicabilidade da aplicação dos direitos sociais é incompatível com o princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- III – A estreita relação entre as circunstâncias econômico-financeiras e a efetividade dos direitos fundamentais sociais, cuja implementação impõe prestações materiais por parte do Estado, sujeita-os às condições fáticas, econômicas e financeiras vigentes. Esse, em síntese, é o cerne do que se tem chamado de “reserva do possível”.
- IV – Há quem sustente que um grupo menor e mais preciso de direitos sociais fundamentais, formado por bens e utilidades básicos imprescindíveis à manutenção de uma vida humana digna, chamado “mínimo existencial”, não se sujeita à “reserva do possível”.
- V – A “vedação de retrocesso social” enfraquece o poder de disposição do legislador, impedindo-o de extinguir, ou mesmo de reduzir de forma manifestamente irrazoável, política pública por intermédio da qual seja efetivado algum direito fundamental social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a V.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a II, a III e a IV.
- e) A I, a II, a III, a IV e a V.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

57. Em relação aos entes federativos e à distribuição constitucional de competências, assinale a afirmativa correta.
- a) As competências legislativas equivalem à capacidade jurídica de editar normas jurídicas secundárias, que se destinam a regulamentar as leis e demais atos normativos primários.
 - b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, considerando ser da essência da federação a autonomia dos Estados-membros, o princípio da simetria não pode fundamentar limites à autonomia organizatória dos Estados federados.
 - c) No âmbito da legislação concorrente, compete à União estabelecer normas gerais, sendo vedado aos Estados, em qualquer hipótese, criar tal espécie normativa.
 - d) É majoritário o entendimento de que os Municípios integram a federação brasileira como entidades de terceiro grau, dotadas de autonomia, possuindo âmbitos exclusivos de competências políticas (legislativas e de governo).
 - e) Ao Distrito Federal, que poderá ser dividido em Municípios, são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.
-
58. Assinale a afirmativa correta a respeito dos princípios constitucionais da Administração Pública.
- a) Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência devem ser observados pela Administração Pública direta por força constitucional e, havendo lei nesse sentido, também pela Administração indireta dos entes federativos.
 - b) O princípio da legalidade impõe ao Administrador – tal qual o faz em relação ao particular – o dever de agir em conformidade com os mandamentos legais, facultando-lhe, de outra parte, agir na ausência de proibição normativa.
 - c) O princípio da impessoalidade, quando tomado no sentido de isonomia de todos perante a lei e a Administração Pública, concretiza-se, dentre outras, pela regra constitucional segundo a qual a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
 - d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter político-eleitoral, permitindo que a população identifique as autoridades e os servidores a quem devem a prática do ato administrativo.
 - e) Devido ao alto grau de abstração do princípio da moralidade administrativa, a violação deste não é apta a fundamentar pedido de anulação do ato administrativo por meio de ação popular.

59. Assinale a assertiva correta acerca do processo legislativo constitucional.
- a) O processo legislativo constitucional é o conjunto de normas que regula a produção normativa primária e secundária, isto é, a produção das normas que extraem seu fundamento imediato de validade da Constituição e a produção das normas que extraem seu fundamento imediato de validade de normas infraconstitucionais.
 - b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, embora não tenham direito público subjetivo à observância do devido processo legislativo, podem os parlamentares, desde que por intermédio dos respectivos partidos políticos, impetrar mandado de segurança quando constatada violação das normas constitucionais que disciplinam a elaboração da lei.
 - c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, as regras constitucionais básicas do processo legislativo federal são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros.
 - d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a sanção do projeto de lei por parte do Chefe do Poder Executivo tem o condão de sanar o defeito jurídico resultante da usurpação da sua prerrogativa de iniciar o processo legislativo.
 - e) Os decretos legislativos são atos normativos elaborados pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, para tratar de matérias de sua competência, devendo, em qualquer caso, ser encaminhados à sanção presidencial pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
-
60. Sobre a organização e a competência dos Municípios, é correto afirmar que
- a) os Municípios, não contemplados no artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não podem exercer competência legislativa suplementar.
 - b) a autonomia dos Municípios, consagrada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, traz, como corolário, a inconstitucionalidade da previsão no sentido de que, para criar, organizar e suprimir distritos, devem os Municípios observar a legislação estadual.
 - c) os Municípios sujeitam-se ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e, no que não contrariar a própria lei orgânica, ao disposto na Constituição do respectivo Estado.
 - d) a competência atribuída aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, segundo entendimento doutrinário dominante e na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode ser delegada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Presidente da Câmara Municipal ao respectivo Estado-membro.
 - e) o interesse local apto a fazer incidir a regra constitucional que atribui competência legislativa aos Municípios deve ser tomado como um interesse predominantemente do Município, não sendo exigível tratar-se de interesse exclusivo do ente municipal.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR

61. Assinale a afirmativa correta acerca da disciplina constitucional dos orçamentos e das finanças públicas.
- a) Os orçamentos anuais e as diretrizes orçamentárias serão estabelecidas por leis de iniciativa do Poder Executivo, enquanto o plano plurianual será estabelecido por lei de iniciativa do Poder Legislativo.
 - b) No âmbito da União, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, sem discriminação de região, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - c) No âmbito da União, a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
 - d) A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nem mesmo para autorizar a abertura de créditos suplementares ou a contratação de operações de créditos.
 - e) O início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária anual fica condicionado à prestação de garantia real por parte do ordenador de despesas.
-
62. No que diz respeito ao Tribunal de Contas, é correto afirmar que
- a) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte a imputação de débito ou multa poderão fundamentar ações de execução, desde que homologadas por órgão de Poder Judiciário.
 - b) a legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União é de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma da lei.
 - c) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, podem adotar medidas imediatas visando a saná-las, denunciá-las à sua chefia imediata, denunciá-las ao Ministério Público ou denunciá-las ao Tribunal de Contas.
 - d) é vedado ao Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
 - e) incumbe ao Tribunal de Contas da União, órgão que integra a estrutura do Congresso Nacional, o exercício dos controles externo e interno da União e das entidades que integram a sua Administração direta e indireta.

63. Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a assertiva correta.
- a) A competência para processar e julgar a representação de inconstitucionalidade que tenha como parâmetro a Constituição Estadual depende do teor da norma impugnada, sendo atribuída, conforme o caso, ao respectivo Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal.
 - b) A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabeleceu expressamente quais são os legitimados para a propositura das ações de controle concentrado-abstrato de constitucionalidade no âmbito estadual.
 - c) O parâmetro passível de ser invocado nas ações de controle concentrado-abstrato de constitucionalidade no âmbito estadual consubstancia-se em dispositivo da Constituição do respectivo Estado ou de Lei Orgânica de Município que o integre.
 - d) A representação de inconstitucionalidade no âmbito estadual tem como objeto leis ou atos normativos estaduais ou municipais, excluídas as emendas à Constituição Estadual.
 - e) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem admitido a interposição de recurso extraordinário da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça em ação direta de inconstitucionalidade (art. 125, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil) quando o parâmetro dessa ação for dispositivo da Constituição Estadual de observância obrigatória pelo Poder Constituinte Decorrente do Estado federado, interpretado contrariamente ao sentido e ao alcance da norma constitucional federal.
-
64. Quanto ao sistema constitucional tributário, é correto afirmar que
- a) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - b) pertencem aos Municípios setenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - c) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - d) compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, e sobre serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.
 - e) o imposto sobre serviços de qualquer natureza terá suas alíquotas máximas e mínimas fixadas por ato do Poder Executivo municipal.

65. Sobre a regulação da Ordem Econômica e da Ordem Social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a assertiva correta.
- a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
 - b) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado.
 - c) A prestação dos serviços públicos incumbe ao Poder Público, na forma da lei, podendo o Administrador optar pela prestação direta ou pela prestação sob regime de concessão ou permissão, independentemente da realização de prévia licitação.
 - d) Os limites mínimos dos recursos a serem aplicados anualmente pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde são calculados sobre o produto da arrecadação dos impostos que lhes cabe instituir, mas não sobre os recursos que lhes forem entregues pela União e pelos Estados a título de repartição das receitas tributárias.
 - e) Na organização dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que se dará em regime de colaboração, os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

-
66. Para que se faça possível impor a vontade extraída da lei à vontade individual, ou, em outros termos, para que se faça valer o interesse da coletividade em detrimento do interesse do indivíduo, a Administração Pública é dotada de um feixe de poderes, sobre os quais é correto afirmar que
- a) é facultado à Administração Pública, em cada caso concreto, renunciar ao exercício dos seus poderes.
 - b) os poderes do Administrador Público, por encerrarem prerrogativas de autoridade, podem no caso concreto, derrogar a lei.
 - c) poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades a particulares que não se resignem a cumprir as leis.
 - d) poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse da Administração Pública.
 - e) os atos pelos quais a Administração Pública exerce o seu poder normativo têm em comum com a lei o fato de emanarem normas, ou seja, atos com efeitos gerais e abstratos.

-
67. Abuso de poder e desvio de poder não se confundem. Alguns autores chegam a afirmar que o primeiro é gênero do qual o segundo é espécie. Um e outro, de qualquer sorte, afetam a higidez do ato administrativo.
- Considerando o uso e o abuso do poder pelo Administrador Público, bem como as suas relações com os elementos do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.
- a) O agente que pratica o ato administrativo com finalidade diversa da que decorre, implícita ou explicitamente, da lei incorre em desvio de poder.
 - b) O excesso de poder, caracterizado quando o agente público excede os limites de sua competência, é vício que afeta o ato administrativo por macular sua finalidade.
 - c) A desapropriação feita para prejudicar determinada pessoa caracteriza excesso de poder, porque o ato não foi praticado para atender a um interesse público.
 - d) Sempre que alguém praticar o crime de usurpação de função pública – usurpar o exercício de função pública –, a conduta configurará, também, abuso de poder.
 - e) Se, ao usar de seus poderes, o Administrador Público objetiva prejudicar um desafeto político, beneficiar um amigo ou aliado ou auferir vantagens pessoais para si ou para terceiros, seu ato apresentará vício quanto à competência.

68. Com relação ao ato administrativo, especialmente no que toca aos seus elementos, atributos e mérito, assinale a assertiva correta.
- a) Nem todo ato administrativo possui motivo, sendo exemplos daqueles que não o possuem os atos de nomeação e de exoneração dos ocupantes de cargos em comissão.
 - b) O poder extroverso da Administração Pública relaciona-se com o atributo em face do qual o ato administrativo impõe-se a terceiros independentemente de sua concordância.
 - c) Em face da sua presunção de legitimidade, todo ato administrativo é dotado de autoexecutoriedade, ou seja, sua execução independe de ordem judicial.
 - d) Todos os atos administrativos, tanto os vinculados quanto os discricionários, podem ser revogados pela Administração.
 - e) Em caso de ausência de legislação a regular determinada matéria, surge a discricionariedade administrativa a permitir ao Administrador a prática de ato cuja forma, motivo e objeto ficam subordinados a juízo seu de conveniência e de oportunidade.
-
69. Acerca do controle da Administração Pública, é correto afirmar que
- a) o controle sobre as entidades da Administração Indireta, também chamado de tutela, é um controle externo que só pode ser exercido nos limites estabelecidos em lei, sob pena de ofender a autonomia que lhes é assegurada pela lei que as instituiu.
 - b) a lei pode criar novas formas para o exercício do controle que o Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública, além daquelas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.
 - c) o controle dos atos da Administração Pública pode-se dar pela própria Administração ou pelo Poder Legislativo, não se admitindo, de outra parte, controle da Administração pelo Poder Judiciário.
 - d) o direito brasileiro adotou o sistema da jurisdição dual, segundo o qual o controle dos atos da Administração Pública se dá no âmbito de órgãos que convivem com o Poder Judiciário, compondo o que se chama Contencioso Administrativo.
 - e) controle concomitante é aquele que tem por objetivo rever os atos já praticados e, concomitantemente à revisão, corrigi-los, desfazê-los ou apenas confirmá-los mediante atos como os de aprovação, homologação, anulação, revogação e convalidação.

70. Para regulamentar o artigo 37, parágrafo 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil, foi promulgada a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa.

Tendo em conta as disposições desse diploma legal, assinale a assertiva correta.

- a) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa, todo aquele que, de alguma forma, se beneficie do ato desonesto praticado por servidor público, concursado ou não, ou por agente político.
- b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- c) Considerando que a improbidade administrativa representa afronta à moralidade, denotando desonestidade do Administrador, todas as suas modalidades só admitem a forma dolosa.
- d) O agente público que se recusar a prestar declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, dentro do prazo determinado para que o faça, ou que a prestar falsa, será punido com a pena de advertência e, em caso de reincidência, com a de suspensão.
- e) A prescrição fulmina a pretensão de ressarcimento do Erário transcorridos cinco anos a contar do término do exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança pelo agente ímprobo.